

e) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;

f) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;

g) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;

h) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;

i) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;

j) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;

k) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;

l) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;

m) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e, (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

o) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;

p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

#### IV - Do Diretor de Gestão Empresarial:

a) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;

b) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;

c) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;

d) prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;



e) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial e vigilância aprovados pela Companhia;

f) administrar o processo de aquisição e alienação de material, equipamento e imóvel, contratação de obras e serviços e construção e fiscalização de obras prediais;

g) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;

h) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;

i) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outros Diretores ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;

j) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais).

**V - Do Diretor de Distribuição e Comercialização:**

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;

b) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;

c) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;

d) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

e) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

f) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;

g) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;

h) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;

i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

j) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee e demais entidades do setor de distribuição;

k) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;

l) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;

m) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

**VI - Do Diretor Comercial:**

a) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;

b) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia;



c) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;

d) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica–CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;

e) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;

f) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;

g) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;

h) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;

i) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;

j) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia;

k) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

#### VII – Do Diretor de Desenvolvimento de Negócios:

a) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

b) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

c) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

d) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;

e) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;

f) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

g) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;

h) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;



- i) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- j) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;
- k) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País.
- l) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, *pay back*, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);
- m) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- n) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;
- o) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
- p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;
- q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;
- r) representar a Companhia, nos termos do § 3º do artigo 11 deste Estatuto, nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas;
- s) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.
- t) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;
- u) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;
- v) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;
- w) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;
- x) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás;
- y) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;
- z) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.



**VIII - Do Diretor sem designação específica:**

a) praticar os atos próprios previstos na legislação e no presente Estatuto, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

**IX - Do Diretor de Relações e Recursos Humanos:**

a) prover pessoal adequado à Companhia;  
b) definir a política de recursos humanos, orientar e promover sua aplicação;  
c) coordenar as políticas, processos e meios de segurança do trabalho aprovados pela Companhia;

d) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;

e) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;

f) propor ao Diretor Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

g) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

**X - Do Diretor Jurídico:**

a) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas "a" e "b", da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e, a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;

b) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas "a" e "b", da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;

c) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução;

d) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas "a" e "b", da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

**XI - Do Diretor de Relações Institucionais e Comunicação:**

a) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;



b) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;

c) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;

d) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

e) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;

f) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;

g) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;

h) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;

i) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;

j) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

k) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;

l) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo;

m) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes;

n) conduzir as atividades de ouvidoria.

**Parágrafo Primeiro** - As competências de representação perante órgãos técnicos, administrativos e associações outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não exclui a competência de representação do Diretor-Presidente nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração para contrair obrigações em nome da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As competências de celebração de contratos e demais negócios jurídicos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não excluem a competência da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, conforme o caso, nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito aos limites financeiros e à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração, quando for o caso.



Parágrafo Terceiro - Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no presente Estatuto, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Parágrafo Quarto - Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no presente Estatuto.

Parágrafo Quinto - Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

Parágrafo Sexto - O limite financeiro estabelecido na alínea "o" do inciso IV deste artigo será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, da Fundação Getúlio Vargas."

## **CAPÍTULO V**

### **Do Conselho Fiscal**

Artigo 18 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da Companhia, funcionará de modo permanente, e será presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal do Acionista Único - CEMIG, e integrado por mais 2 (dois) a 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, todos membros do Conselho Fiscal do Acionista Único - CEMIG, eleitos anualmente pelo Acionista Único - CEMIG, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - O Presidente do Conselho Fiscal convocará e conduzirá as reuniões.

Parágrafo Segundo - No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento, será o membro efetivo do Conselho Fiscal substituído pelo seu respectivo suplente, até que seja eleito o novo membro, o qual deverá ser escolhido pela mesma parte que indicou o substituído.

Parágrafo Terceiro - É vedada a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 19 - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Exercício Social**

Artigo 20 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação pertinente, podendo, a critério do Conselho de Administração, ser levantados balanços semestrais ou intermediários referentes a períodos menores.



Artigo 21 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

Parágrafo Primeiro - O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- b) 50% (cinquenta por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, ao Acionista único - CEMIG, observadas as demais disposições do presente Estatuto e a legislação aplicável;
- c) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração do Acionista único - CEMIG, será distribuído ao Acionista único - CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.

Parágrafo Segundo - O descumprimento de limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos poderá, conforme regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel, limitar a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à Reserva Legal e à Reserva para Contingências e reversão da mesma Reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados, observado o inciso I da subcláusula Primeira da cláusula Sétima do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nºs 002/1997/DNAEE, 003/1997/DNAEE, 004/1997/DNAEE e 005/1997/DNAEE, celebrado entre a Cemig D e União.

Parágrafo Terceiro - O descumprimento dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômica e financeira definidos no Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nºs 002/1997/DNAEE, 003/1997/DNAEE, 004/1997/DNAEE e 005/1997/DNAEE, celebrado entre a Cemig D e União implicará na limitação de distribuição de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido diminuído ou acrescido montantes destinados à Reserva Legal e à Reserva para Contingências e reversão da mesma Reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados e observáveis a partir das demonstrações contábeis regulatórias do ano civil subsequente entregues à Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel.

Artigo 22 - Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a Companhia poderá, observada a legislação pertinente e a critério do Conselho de Administração, declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Artigo 23 - O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação, em substituição total ou parcial dos dividendos de que trata o artigo anterior, ou em adição aos mesmos, devendo as importâncias pagas ou creditadas a tal título serem imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.



Artigo 24 - Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Parágrafo Único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

Artigo 25 - É assegurada a participação dos empregados nos lucros ou resultados da Companhia, mediante critérios autorizados pela Diretoria Executiva com base nas diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e limites estabelecidos pela Assembléia Geral, na forma da legislação específica.

Artigo 26 - Compete à Assembléia Geral fixar, anualmente, os limites de participação dos administradores nos lucros da Companhia, observado o disposto no parágrafo único do artigo 190 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da Responsabilidade dos Administradores**

Artigo 27 - Os Administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Artigo 28 - A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos, ativa e passivamente, durante ou após os respectivos mandatos, por fatos ou atos relacionados com o exercício de suas funções próprias e que não contrariarem disposições legais ou estatutárias.

Parágrafo Primeiro - A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação dos Administradores da Companhia.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá contratar seguro de responsabilidade civil para a cobertura das despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos processos judiciais e administrativos de que trata o *caput* deste artigo, mediante deliberação do Conselho de Administração.



## PROCURAÇÃO

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG**, concessionária do serviço público federal de energia elétrica, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob nº 17.155.730/0001-64, **CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.**, concessionária do serviço público federal de energia elétrica, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob nº 06.981.176/0001-58 e **CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.**, concessionária do serviço público federal de energia elétrica, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob nº 06.981.180/0001-16, neste ato representadas por seu Diretor-Presidente **Reynaldo Passanezi Filho**, brasileiro, domiciliado na Rua ... Belo Horizonte/MG, CEP 30.190-131, portador da Carteira de Identidade nº ... SSP/SP, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, CPF nº ...

Outorgados: Eduardo Soares (OAB/SP-85.159), Virginia Kirchmeyer Vieira (OAB/MG-70.702), Eric Gonzalez Pinto (OAB/MG-100.188), Thiago Ulhoa Barbosa (OAB/MG-97.817), Manoel Divino Durães Maia (OAB/MG-113.918), Fábio Luiz de Souza (OAB/MG-91.195), Daniel Polignano Godoy (OAB/MG- 143.957), Carlos Henrique Cordeiro Finholdt (OAB/MG-78.954), Alessandra Martins Assunção Giordano (OAB/MG-122.244), Allan Magalhães Laguna Guimarães (OAB/MG-144.229), Anderson de Alencar Pinto (OAB/MG-119.408), Anderson Flávio Fonseca Cabral (OAB/MG-67070), Ângelo Alves de Carvalho (OAB/MG-100.756), Antônio Carlos de Freitas (OAB/MG-86.392), Bernardo Filogônio Campos (OAB/MG-125.278), Camila Tamara Falkenberg (OAB/MG-136.894), Cesar Antonio de Campos Silva (OAB/MG 125.321), Cláudia Campos de Faria (OAB/MG-88.186), Cleber Rodrigues Soares (OAB/MG-90.257), Cristiane de Paula Costa (OAB/MG 138.692), Daniele Cristina Pinheiro Duarte (OAB/MG-130.988), Denílson Rodrigues Lima (OAB/MG-77.697), Edberto Matias dos Santos (OAB/MG-123.676), Edenilson Pires de Alvarenga (OAB/MG-73.667), Felipe Martins Vitorino (OAB/MG-172.322), Fernanda Lage Leão (OAB/MG- 141.663), Fernanda Magalhães Keltke (OAB/MG 152.314), Gustavo de Castro Marchini (OAB/MG- 125.867), Gustavo Henrique de Castro Torres (OAB/MG- 136.308), Hugo Rezende Lopes (OAB/MG- 138.974), Ivaldo Nunes Dias (OAB/MG-148.877), Ivan Teixeira de Oliveira (OAB/MG-70988), João Francisco Farinas e Silva (OAB/MG- 143.793), Jorge Alberto Dias (OAB/MG-130653), Juliana Barbosa Torquato Ferreira (OAB/MG-103.783), Juliana Mata Valadares Carneiro(OAB/MG-110.069), Laura Moreira Laignier Oliveira (OAB/MG-135.742), Letícia Vignoli Villela (OAB/MG-79.694), Linéa Aparecida Sampaio Lacerda (OAB/MG-104.330), Lívia Vilas Boas e Silva (OAB/MG-101.311), Lourenço Rocha Borba Dias de Castro (OAB/MG-101.805), Ludmilla Sulaiman Abrão Jamal (OAB/MG 158.612), Luiz Francisco Brussolo Ferreira (OAB/MG-145.001), Marcos Porto Barbosa (OAB/MG-137.017), Mariana Claret Rodrigues (OAB/MG-149.058), Miguel Atílio Marafiga Rivero (OAB/MG 112.076), Mônica Álvares Batista (OAB/MG-53.689), Nelson Vianna (OAB/MG-84.503), Newton Rodrigues Miranda Neto (OAB/MG-144.063), Pablo Rodrigues de Paula (OAB/MG-143.486), Pedro Ulhoa Barbosa (OAB/MG-132.161), Rafael Ribeiro de Castro (OAB/MG- 144.227), Raisal Torres Moreira (OAB/MG-131.439), Raphael Franco Del Duca (OAB/MG-174.083), Raquel Passos (OAB/MG-66.487), Renato Braga Rates (OAB/MG-88.997), Rodolfo Henrique de Souza e Silva (OAB/MG- 131.510), Sérgio Luiz de Mattos Silva (OAB/MG-148.554), Thiara Caroline Rezende Magalhães (OAB/MG-142.587), Vinícius Campos Rodrigues (OAB/MG-150.818), Virgínia Londe de Mello (OAB/MG-155.723), Welerson Vieira de Leão (OAB/MG-88.014), Wellington da Silva Souza (OAB/MG-111.970), Wellington Rosa de Lima (OAB/MG - 124.991).

Poderes: representar a outorgante, ativa e passivamente, perante o foro em geral e os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, incluindo os poderes dos artigos 105 e 359 do Código de Processo Civil, podendo firmar compromissos, transigir, desistir, fazer acordos, receber, dar quitação, sempre observando o estatuto social da empresa, podendo também, substabelecer, sempre com reserva dos mesmos poderes, receber citação e nomear preposto.

**ASSINADO DIGITALMENTE**

Validade jurídica assegurada  
conforme MP 2.200-2/2001,  
que instituiu a ICP-Brasil

BRyTecnologia

Belo Horizonte, 20 de março de 2020.

REYNALDO PASSANEZI

FILHO: (\_\_\_\_\_)

Emitido por: AC Prodemge RFB

Data: 23/07/2020



## SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva dos poderes, nas pessoas dos advogados **SÉRGIO CARNEIRO ROSI**, inscrito nos quadros da OAB/MG sob o nº 71.639, **DÉBORA LÚCIA NASCIMENTO**, inscrita nos quadros da OAB/MG sob o nº 166.142 e **DANIELA BEATRIZ M. OLIVEIRA**, inscrita nos quadros da OAB/MG sob o número 184.727, todos brasileiros e advogados do **ESCRITÓRIO ROSI RAJÃO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, os poderes que me foram outorgados pela CEMIG **DISTRIBUIÇÃO S.A.**, concessionária do serviço público federal de energia elétrica, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob nº 06.981.180/0001-16, com sede nesta Capital, na Av. Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, bairro Santo Agostinho, para representa-la no **Auto de Infração nº 303972/2022**, lavrado pela 11ª Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente de Montes Claros.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2023.

**Sérgio Luiz de Mattos Silva**

OAB/MG 148.554

Classificação: público





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/970D-165B-4685-6BE9> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 970D-165B-4685-6BE9



### Hash do Documento

DC4771B75C7F642FDA5ADA420BD98FA2CB669ACB637C0FC412DE806BB963EF6D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/09/2022 é(são) :

- ☒ Sérgio Luiz de Mattos Silva - \_\_\_\_\_ em  
29/09/2022 15:31 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Sergio Luiz De Mattos Silva  
**Tipo:** Certificado Digital







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>06.981.180/0001-16</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>15/09/2004</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>CEMIG DISTRIBUICAO S.A</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>CEMIG D</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>35.13-1-00 - Comércio atacadista de energia elétrica</b> <b>42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>204-6 - Sociedade Anônima Aberta</b>
--

LOGRADOURO <b>AV BARBACENA</b>	NÚMERO <b>1200</b>	COMPLEMENTO <b>17 ANDAR - ALA A1</b>
-----------------------------------	-----------------------	---

CEP <b>30.190-131</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SANTO AGOSTINHO</b>	MUNICÍPIO <b>BELO HORIZONTE</b>	UF <b>MG</b>
--------------------------	---	------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>EDIRAMOS@CEMIG.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(31) 3506-7500</b>
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>15/09/2004</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/09/2021** às **15:43:01** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**30**  
horas

**Banco Itaú - Comprovante de Pagamento**  
**Tributos Estaduais com código de barras**

---

**Identificação no extrato:** SISPAG TRIBUTOS

---

**Dados da conta debitada:**

Nome: ROSI CASTRO LIMA PENA SOCIEDAD

Agência: 3117

Conta: 99670 - 6

---

**Dados do pagamento:**

Código de barras: 856400000035 979202132317 228125201282 226278801379

Controle: 31510996706108297941

Valor do documento: R\$ 397,92

Informações fornecidas pelo

pagador:

---


**Operação efetuada em 31/05/2023 às 11:55:12 via Sispag, CTRL 978343379000013.**

---

**Autenticação:**

EB495FF55C2D756D72E2C9C34386B4EB3F10C491



 <b>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -</b>			<b>Validade</b> 28/12/2023		<b>TIPO DE IDENTIFICAÇÃO</b> 1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL 3 - CNPJ		<b>4 - CPF</b> 5 - OUTROS 6 - RENAVAM	
Nome CEMIG DISTRIBUICAO S.A.			Tipo 3		Número 06.981.180/0001-16			
Endereço:			Código Município 62					
Município: BELO HORIZONTE			UF: MG		Telefone:			
			Mês Ano de Referência 29 a 29/12/2023					
			Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento) 5201282262788					
<b>Histórico:</b> Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E Serviço: ANALISE RECURSO INTERPOSTO - AUTO DE INFRAÇÃO Receita 1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD <div style="float: right; text-align: right;">Valor 397,92 0,00 0,00 <b>TOTAL 397,92</b></div>								
<b>Código:</b> 1961/2023-0001 <b>Cliente:</b> CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.; <b>Caso:</b> CIV.19317 - 303972/2022 - SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA; <b>Data:</b> 31/05/2023; <b>Tipo despesa:</b> Guias (Faturado); <b>Valor:</b> 397,92 <b>Colaborador:</b> DANIELA BEATRIZ MARTINS DE OLIVEIRA;  <b>Informações do Processo</b> <b>Pasta Cliente:</b> AAmb-000214273 <b>Divisão:</b> Contrato - 4570018867 - Regu/Amb  <b>Em caso de dúvida quanto ao DAE procure a(o)s:</b> SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL <b>Pague nos bancos:</b> BRADESCO - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MERCANTIL DO BRASIL - SANTANDER - SICOOB <b>Pague também nos correspondentes bancários:</b> Agências Lotéricas e MaisBB. <b>Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.</b> <b>Linha Digitável:</b> 85640000003 5 97920213231 7 22812520128 2 22627880137 9								
Autenticação				<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b>		<b>397,92</b>

DAE MOD.06.01.11

85640000003 5 97920213231 7 22812520128 2 22627880137 9



 <b>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -</b>			<b>Validade</b> 28/12/2023		<b>TIPO DE IDENTIFICAÇÃO</b> 1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL 3 - CNPJ		<b>4 - CPF</b> 5 - OUTROS 6 - RENAVAM	
Nome: CEMIG DISTRIBUICAO S.A.			Tipo 3		Número 06.981.180/0001-16			
Endereço:			Código Município 62					
Município: BELO HORIZONTE			UF: MG		Telefone:			
Autenticação			Número do Documento 5201282262788					
			Receita		<b>R\$</b>		397,92	
			Multa		<b>R\$</b>		0,00	
			Juros		<b>R\$</b>		0,00	
			<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b>		<b>397,92</b>	

DAE MOD.06.01.11





Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM  
Diretoria Regional de Controle Processual – DRCP  
Núcleo de Autos de Infração - NAI



OFÍCIO 225 / 2023 NAI/DRCP/SUPRAM

Número do Auto de Infração:	303972/2022
Número do Processo:	764259/22
Nome/Razão Social:	Cemig Distribuição S.A
CPF/CNPJ:	06.981.180/0001-16

Prezado(a) senhor(a),

☒ O(a) Diretor(a) de Controle Processual, nos termos do art. 54, § 2º, do Decreto n.º 47.787/2019

☐ Em observância ao disposto nos artigos 34, 35, 36, 37 e 38 do Decreto n.º 44.844/2008, e tendo em vista o Parecer acostado aos autos, decide

☒ Em observância ao disposto nos artigos 58, 59, 60, 62, 63, 70, 71 do Decreto n.º 47.383/2018, e tendo em vista o Parecer acostado aos autos, DECIDE:

☒ Pelo conhecimento da defesa apresentada, haja vista que tempestiva e que foram atendidos seus requisitos essenciais.

☐ Pelo conhecimento da defesa apresentada, haja vista que tempestiva e que, embora não cumpra os requisitos de admissibilidade, o mérito pode ser definido pela autoridade competente imediatamente, conforme previsto pelo art. 63 do Decreto n.º 47.383/2018.

Pelo não acolhimento dos argumentos apresentados na defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas e tendo em vista estar o auto de infração em conformidade com os requisitos formais.

Pela manutenção integral das penalidades aplicadas no presente auto de infração, quais sejam:

- Multa simples, no valor de 418.000 UFEMG'S equivalente a R\$ R\$ 1.993.985,40 ( Um milhão, novecentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), conforme o Parecer, a ser devidamente atualizado;
- Suspensão da atividade até regularização;

Lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental, V. Sª dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso quanto à manutenção das penalidades aplicadas ou efetuar o pagamento do valor da multa, devidamente atualizada, sob pena de encaminhamento do processo administrativo para fins de inscrição do valor em dívida ativa do Estado. Para realizar o pagamento o Documento de Arrecadação Estadual – DAE deve ser solicitado ao Núcleo de Autos de Infração.





**Governo do Estado de Minas Gerais**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM**  
**Diretoria Regional de Controle Processual – DRCP**  
**Núcleo de Autos de Infração - NAI**

Caso não seja possível a quitação integral, V. S<sup>a</sup> poderá efetuar o pagamento parcelado, apenas do crédito estadual não tributário resultante de multas aplicadas, mediante solicitação, devendo ser preenchidos os requisitos do Decreto Estadual 46.668/14.

E-mail: [parcelamentonorte@outlook.com](mailto:parcelamentonorte@outlook.com)

Para requisitar o DAE e demais informações, favor entrar em contato com o Núcleo de Autos de Infração através do telefone 38 3224-7500 ou do e-mail [nai.nm@meioambiente.mg.gov.br](mailto:nai.nm@meioambiente.mg.gov.br)

Atenciosamente,

Montes Claros, 23 /03/2023

*Aline Gonçalves Prado*  
Técnico Ambiental  
MAGN: 2208203-5



Responsável – Matrícula/MASP


Cemig distribuição S.A  
Avenida Barbacena, nº 1.200, 9º andar – Bairro: Santo Agostinho  
Belo Horizonte / MG CEP: 30.190-131



SEAL

Remetente: SUPRAM NORTE DE MINAS  
Rua Gabriel Passos, 50  
Centro  
39400-112 Montes Claros-MG

39400-112 Montes Claros-MG

  
Destinatário: CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
Avenida Barbacena, 1200  
9º ANDAR Santo Agostinho  
30190-131 Belo Horizonte/MG



Data de Postagem  
12/05/2023

YJ492269517BR



Recebido:

Assinatura:

Documento:



MUCL. AUTO DE INER  
RUA GABRIEL PASSOS, Nº 50

CENTRO

CEP: 39.400-112 - MONTES CLAROS/MG



## Rastreamento

YJ 492 269 517 BR

Deseja acompanhar sua encomenda?  
Digite seu CPF/CNPJ ou código\* de rastreamento.

AA123456785BR



\* limite de 20 objetos



Digite o texto contido na imagem



## REGISTRADO LÓGICO



## Objeto entregue ao destinatário

Pela Unidade de Distribuição, BELO HORIZONTE - MG  
08/05/2023 15:55



## Objeto saiu para entrega ao destinatário

BELO HORIZONTE - MG  
08/05/2023 10:03

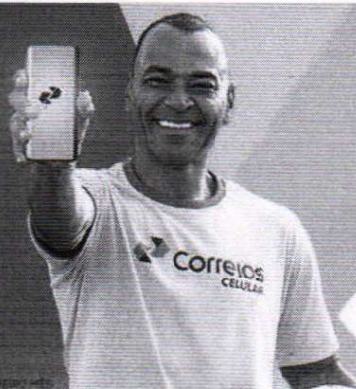


## Objeto postado

Montes Claros - MG  
04/05/2023 11:45

**CORREIOS CELULAR TE LEVA  
PARA QUALQUER LUGAR**

**24GB DE INTERNET  
+ WHATSAPP ILIMITADO**

**CLIQUE AQUI**

LIGAÇÃO ILIMITADA



ACÚMULO DE GB



PORTABILIDADE FÁCIL

COBERTURA POR  
TODO O BRASIL[correioscelular.com.br](https://correioscelular.com.br)**Correios  
CELULAR**

## Fale Conosco

- Registro de Manifestações
- Central de Atendimento
- Soluções para o seu negócio


 Suporte ao cliente com contrato


 Ouvidoria


 Denúncia


Buscando...


## Sobre os Correios

 Identidade corporativa

 Educação e cultura

 Código de ética

 Transparência e prestação de contas

 Política de Privacidade e Notas Legais

## Outros Sites

 Loja online dos Correios

© Copyright 2023 Correios



## Laudo Técnico

### Análise técnica sobre o incêndio ocorrido no Parque Estadual Lagoa do Cajueiro

Guilherme Felipe Dresch

Técnico Agrimensor – RNP 04632347906

Rodrigo Avendanha Líboni

Engenheiro Florestal – CREA 84782 D

Belo Horizonte, Minas Gerais

2023

## Sumário

- 1. Designação para realização do Laudo Técnico**
- 2. Informações gerais**
- 3. Introdução**
- 4. Caracterização da região e do parque**
- 5. Objetivos do Relatório**
- 6. Análise Técnica**
- 7. Conclusão**
- 8. Responsáveis técnicos**
- 9. Referências Bibliográficas**
- 10. Anexo I – Acervo fotográfico**
- 11. Anexo II – Levantamento Parque Estadual Lagoa do Cajueiro -digital**



## 1. Designação para realização do Laudo Técnico

Este trabalho foi realizado após o recebimento, pela Cemig, do Auto de Infração nº 303972/2022, lavrado pela Polícia Militar na data de 03/09/2022, segundo o qual uma descarga na linha de transmissão de propriedade da autuada teria atingido uma área de 418 hectares de vegetação caatinga no Parque Estadual Lagoa do Cajueiro.

O presente laudo terá por objetivo apurar a extensão real da área atingida.

## 2. Informações Gerais

Nome: Guilherme Felipe Dresch  
Formação/Ocupação: Técnico Agrimensor  
Endereço profissional: Avenida Sebastião Ramos Guimarães, 5 – Bairro Vila Mauriceia – Montes Claros – MG – CEP: 39401-717  
Telefone: (38) 2104 5592

Nome: Rodrigo Avendanha Liboni  
Formação/Ocupação: Engenheiro Florestal  
Endereço profissional: Rua Clomita, 120 – Vila Magnesita – Belo Horizonte – MG – CEP: 30520 120  
Telefone: (31) 3506 2778

## 3. Introdução

A área onde ocorreu o incêndio está localizada no Município de Matias Cardoso, Minas Gerais, assentada à margem direita do rio São Francisco, um pouco ao sul da foz do rio Verde Grande, limite setentrional do Estado de Minas Gerais com a Bahia.

O acesso ao local, tendo como referência Belo Horizonte, é realizado pela BR 040, sentido norte de Minas, seguindo pela BR 135 até Montes Claros onde deverão ser percorridos 206 quilômetros até Jaíba, desta cidade deverá ser utilizada a MG 401 por 70 quilômetros até Matias Cardoso, do centro de Matias Cardoso até ao Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro, são 07 quilômetros pela estrada sentido comunidade de Lapinha.

O Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro foi criado em 8 de outubro de 1998, pelo Decreto nº 39.954, contando com uma área de 20.500 hectares, no município de Matias Cardoso.

No Auto de Infração nº 303972/2022 relatou-se a ocorrência de incêndio na referida unidade de conservação, numa área de 418 hectares, coordenadas geográficas -14.879167 -43.867514.

Diante disso, na data de 24/11/2022, uma equipe da Cemig realizou um levantamento prévio para confirmação da área atingida. Posteriormente, após a realização de estudos mais detalhados em campo, ocorridos entre os dias 17 e 19 de janeiro de 2023, apurou-se que, ao contrário do que afirmado na autuação, a área atingida tem 390,16 hectares, como será demonstrado nos próximos tópicos.

A Cemig Distribuição possui uma rede de distribuição de 6.070 metros que percorre paralelamente a área do parque, conforme imagem a seguir. A rede possui quarenta e cinco

postes nessa extensão, sendo que, em um desses postes, cujas coordenadas são UTM – 23 L – Longitude – 621817 – Latitude – 8354733, ocorreu um dano na estrutura do para raio.



Figura 1: Trecho da rede de distribuição – 6.070 metros – paralela a área do parque e poste com estrutura com para raio.

#### 4. Caracterização da Região e do Parque

O município de Matias Cardoso é composto por diversos ecossistemas, como Cerrado, Caatinga e Mata Seca. Possui também matas ciliares em regiões próximas aos recursos hídricos, sendo que a região do Parque é composta por vegetação de Caatinga, conforme dados obtidos pelo programa de Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE e de registros feitos no local.





Figura 2 – Registro local com vegetação contínua caracterizada como caatinga.

O município apresenta clima quente e seco típico da Caatinga e semiárido do Cerrado caracterizando, dessa forma, a região do semiárido brasileiro. A temperatura é alta durante todo ano. As temperaturas nos meses de janeiro e fevereiro são próximas a 31°C, ao passo que os meses mais frios são junho e julho, com temperaturas em torno de 18°C. Os meses mais secos, por outro lado, são julho, agosto e setembro. O índice pluviométrico médio é de 810 mm.

A pedogênese do município é diversificada, apresentando tipologias como Cambissolos, Latossolo Vermelho-Escuro, Areias Quartzosas, Latossolo Vermelho-Amarelo, Solos Aluviais Indiscriminado.

A sub-bacia do município é classificada com Verde Grande, Rio Verde Grande sendo o Nível 1 – São Francisco Médio e a Região Hidrográfica – São Francisco.

O Parque da Lagoa do Cajueiro apresenta a fitofisionomia de caatinga arbórea, com espécies características de floresta perenifólia.

A área onde se encontra o Parque está às margens do rio São Francisco, onde fica a Ilha do Cajueiro.

A formação geológica está situada no afloramento do Grupo Bambuí, subgrupo Paraopeba, apresenta as formações da Lagoa do Jacaré e Serra da Saudade.

A caracterização do solo, conforme registros realizados no local, é Latossolo Vermelho-Amarelo.





Figura 3: Estrada no interior do Parque onde podemos observar o Latossolo Vermelho-Amarelo.

## 5. Objetivo do Laudo

O objetivo do laudo, como já consignado, é verificar qual a verdadeira extensão da área atingida.

## 6. Análise Técnica

Em relação a área atingida pelo incêndio, foram realizados dois levantamentos. No primeiro, realizado no dia 24/11/2022, com a utilização de drones, constatou-se que a área atingida teria uma extensão de 300 hectares.

No entanto, diante da necessidade de informações mais precisas, foi realizado um segundo levantamento, mais detalhado, entre os dias 17 e 19 de janeiro de 2023.

A área dos estudos compreende 582,86 hectares, cuja extensão foi utilizada para enquadrar todos os locais possivelmente afetados pela queimada. Utilizou-se, para isso, a técnica de Levantamento Aerofotogramétrico, com rastreamento por imagens aéreas ortogonais, utilizando o equipamento VANT (drone).

Ao analisar os dados obtidos, pode-se chegar à conclusão de que a área total afetada pelo incêndio foi de 390,16 hectares. Como o levantamento é mais preciso, foi possível estabelecer uma escala entre áreas menos degradadas e mais degradadas, implicando o seguinte resultado:



Área total do estudo – 582,86 hectares

Área total afetada – 390,16 hectares

Área mais degradada – 146,77 hectares

Área parcialmente degradada – 54,68 hectares

Área menos degradada – 188,71 hectares

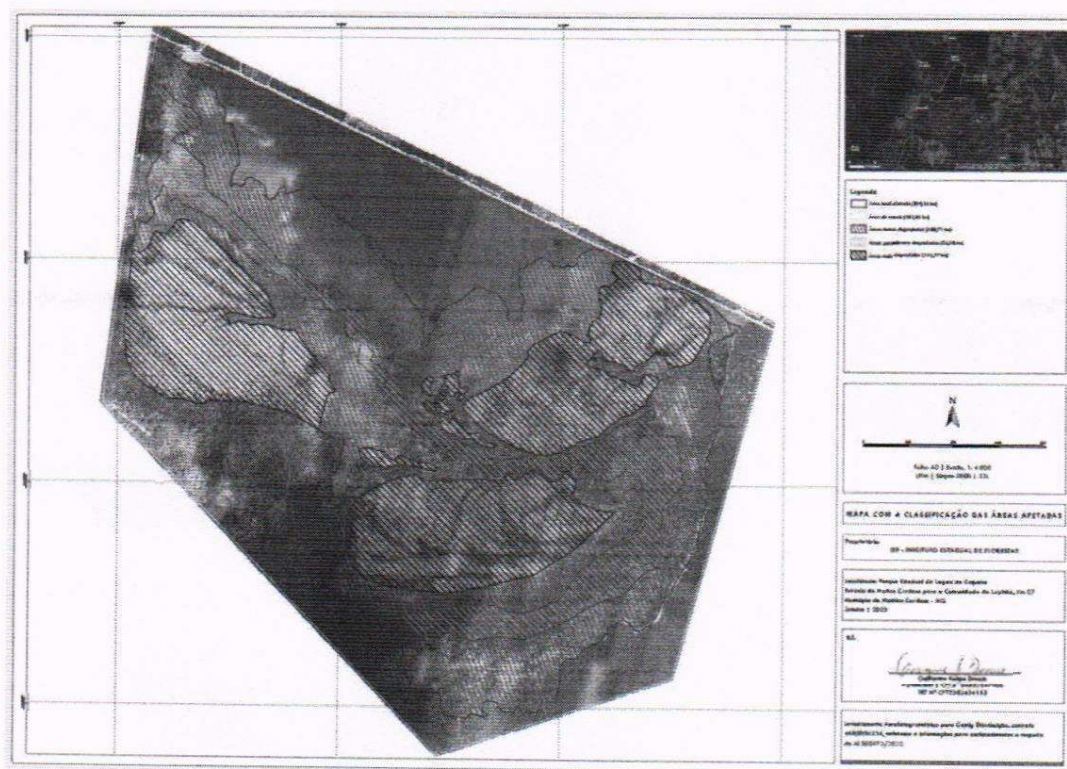


Figura 10 – Mapa com a classificação das áreas afetadas apresentadas no levantamento ortomosaico, escala menos degradada a mais degradada.

Devido a esse segundo levantamento ter sido mais preciso, foi possível identificar a real extensão do incêndio

## 7. Conclusão

A área efetivamente atingida pelo incêndio, cuja causa considera-se indeterminada, pode-se considerar como sendo de 390,16 hectares, com fulcro nos levantamentos e documentos produzidos, e não de 418 hectares, conforme constou do auto de infração.